

A intervenção psicanalítica no campo social: análise de uma experiência¹

Eneida Cardoso Braga*

“O contraste entre a psicologia individual e a psicologia social ou de grupo (...) perde grande parte de sua nitidez quando examinado mais de perto. (...) Algo mais está invariavelmente envolvido na vida psíquica do indivíduo (...) de maneira que, desde o começo, a psicologia individual neste sentido ampliado, mas inteiramente justificado das palavras, é, ao mesmo tempo, também psicologia social”.

Sigmund Freud

A frase com que Freud introduz a “Psicologia de grupo e a análise do ego”, em 1921, desfaz os contornos que poderiam delimitar fronteiras entre o indivíduo e o meio. Desta forma, vemos que o olhar psicanalítico está, desde o pensamento de seu fundador, atrelado ao âmbito social. Não temos dificuldade em observar que a impossibilidade de isolamento do indivíduo sempre se fez presente nos textos freudianos, antes ainda dos escritos mais especificamente voltados a este tema.

Na “Introdução ao Narcisismo” (1914), por exemplo, Freud já nos diz da ação do outro humano como condicionante para que se dê, no bebê, a idéia de uma consciência de si como indivíduo integrado e separado da mãe. Na teoria freudiana, portanto, para que o indivíduo possa passar a ver-se como “si-mesmo” necessita do reconhecimento da separação, que por sua vez, é provocada pela presença do outro.

A partir daí, nos diz Freud em “O mal-estar na civilização” (1929), pela possibilidade de desejar e pela inscrição na cultura, o sujeito se vê constantemente em luta para manter-se de forma menos dolorosa possível nesta árdua administração - entre o desejável e o possível, entre a possibilidade de satisfação e a necessidade da renúncia, entre o eu e os outros.

Por este motivo, a clínica privada não carece, nem nunca irá carecer da escuta deste conflito. É a escuta analítica dirigida a um contexto social, para além do âmbito privado, e para além das discussões teóricas, que tem suas expressões ainda pouco significativas.

As relações humanas na atualidade se caracterizam por ideais narcísicos que se expressam pela impulsividade na busca do prazer egoísta e imediato e pela intolerância às diferenças, tão presente nas escolas através do fenômeno - hoje chamado - “bullying”. Expressões distintas que não deixam de revelar sua essência mais íntima: a violência. A psicanálise faz-se presente neste contexto e muito tem contribuído para o entendimento desta questão, sobretudo ao assinalar a preocupante fragilidade das funções encarregadas da manutenção da repressão necessária ao progresso civilizatório. Entendemos, no entanto, que a atuação dos psicanalistas também se faz necessária como

¹ Texto publicado em PELIZZOLI, Marcelo. (Org.). Cultura de Paz. Recife: Editora da UFPE, 2010, p. 177-196.

* Psicóloga, psicanalista, mestre em filosofia pela PUCRS, membro da Sigmund Freud Associação Psicanalítica de Porto Alegre. E-mail: eneidabr.voy@terra.com.br

prática no âmbito social, na medida em que, por seu caráter essencialmente ético, a psicanálise opera sobre esta permanente tensão entre o indivíduo e a coletividade.

É neste sentido que a SIG – Sigmund Freud Associação Psicanalítica, de Porto Alegre, através de um grupo de psicanalistas voluntários², propôs-se a realizar um trabalho interdisciplinar que visa a ampliação dos alcances da escuta para o âmbito social.

A solicitação para a intervenção da instituição ocorreu através de programas governamentais que visam a inclusão de crianças com dificuldades especiais como psicose, autismo e deficiência mental, nas classes de ensino regular. Inicialmente, através de reuniões com professores e psicopedagogos definimos que não trataríamos dos casos individualmente, (o que era a principal demanda) mas sim, que escutaríamos as situações que se produzem na escola e na equipe. Com isto, afastávamo-nos já do modelo privado e inaugurávamos o oferecimento de nossa escuta no sentido de que cada sujeito daquele grupo pudesse também agir sem que se perdesse sua referência no grupo, abordando conosco os problemas que se apresentassem.

Conforme ressalta Cohen, neste tipo de trabalho para além dos consultórios particulares “o lugar do analista não sofre modificações em sua função, já que podemos pensá-lo atópico. O que terá sua especificidade são os significantes que emergem dessa intervenção, da oferta de escuta, ou seja, do lugar de acolhimento da demanda na transferência.”³

Para nosso grupo ficou, além da certeza da urgência e da necessidade da intervenção, o desafio da oferta de acolhimento, desafio que buscamos superar através de frutíferas discussões. Neste trabalho, procuraremos abordar alguns dos referenciais que nos guiaram nesta tarefa.

Pulsão e cultura: tensão irreduzível

“Nos indivíduos a loucura é algo raro – mas nos grupos, partidos, povos, épocas, ela é a regra.”
Nietzsche

Para pensarmos no processo de inclusão, recorreremos inicialmente ao pensamento freudiano. É no texto “Mal-Estar na Civilização” que Freud desenvolve a tese de que os grupos apresentam, em seu desenvolvimento, características semelhantes as que podem ser observadas nos indivíduos. Da mesma forma, eles orientam-se em direção à satisfação das pulsões – de vida (Eros) e de morte (Tânatos):

(...) a civilização constitui um processo a serviço de Eros, cujo propósito é combinar indivíduos humanos isolados, depois famílias, e depois ainda raças, povos e nações numa única grande unidade, a unidade da humanidade. (...) Mas o natural instinto agressivo do homem, a hostilidade de cada um contra todos e a de todos contra um, se opõe a esse programa da civilização. Esse instinto agressivo é o derivado e o principal representante do instinto

² Alexei Indursky, Almerindo Boff, Bárbara de Souza Conte (coordenadora), Cristina Herbristh, Daniela Feijó, Eneida Cardoso Braga, Liége Didonet, Luisa Pires, Marina Pacheco e Simone Engbrecht.

³ COHEN, Ruth Helena Pinto. *Entre o impossível e o necessário da educação: o que a psicanálise pode dizer sobre a etiologia do fracasso escolar*. In: Revista Online Gradiva, SPAG, Rio de Janeiro, 2005.

de morte, que descobrimos lado a lado de Eros e que com este divide o domínio do mundo. Agora, penso eu, o significado da evolução da civilização não mais nos é obscuro. Ele deve representar a luta entre o instinto de vida e o instinto de destruição, tal como ela se elabora na espécie humana.⁴

A partir desta semelhança, Freud conclui que também as civilizações se tornariam neuróticas, concebendo então a possibilidade da aplicação do conhecimento psicanalítico nos grupos sociais. As pulsões de vida e de morte, no entanto, expressam-se de forma distinta no indivíduo e nas comunidades. Enquanto o indivíduo persegue a satisfação nos encontros amorosos, a coletividade busca a união das massas; e em oposição a Eros, os impulsos destrutivos que no indivíduo geram atitudes como a de autopunição, na cultura, de forma mais intensa, impulsionam as rivalidades bélicas.

Em outras palavras, enquanto a pulsão de vida opera no sentido da união e da proteção dos indivíduos e dos grupos, a pulsão de morte se expressa no sentido da destruição e dissolução dos grupos. Contudo, a pulsão de morte é silenciosa, ressalta Freud em “O ego e o id” (1923); precisa do apoio de Eros para expressar-se. É o sadismo a expressão da união destas duas pulsões, conciliando agressividade e satisfação pulsional.

O movimento dos grupos no sentido do afastamento de outros, a quem ficam atribuídos todos os males, configuraria a expressão destas pulsões amalgamadas. O “narcisismo das pequenas diferenças,” descreve Freud, é a forma pela qual os grupos sociais realizam a exclusão de outros, como forma de manter uma coesão e a preservação dos ideais de seu próprio grupo e, concomitantemente, a satisfação de impulsos agressivos. Freud refere-se ironicamente a “função econômica do judeu” para representar este fenômeno, bem como a construção das hierarquias sociais.

É por este motivo que Freud opõe-se a tese de um instinto gregário, afirmando que o movimento inicial nas relações entre os homens é o de rivalidade e agressão mútua, sendo a força da civilização aquela que terá como principal função a restrição da satisfação destes impulsos agressivos. A tensão, portanto, é permanente: as pulsões agressivas/destrutivas sempre exigirão descarregar-se em busca de satisfação, e a civilização, para não extinguir-se, demandará constantemente a repressão desta satisfação. Freud recorre a um momento mítico para descrever a origem de uma primeira organização social instituidora de interditos:

Num tempo primitivo, os homens viviam no seio de pequenas hordas, cada qual submetida ao poder despótico de um macho que se apropriava das fêmeas. Um dia, os filhos da tribo, rebelando-se contra o pai, puseram fim ao reino da horda selvagem. Num ato de violência coletiva, mataram o pai e comeram seu cadáver. Todavia, depois do assassinato, sentiram remorso, renegaram sua má ação e, em seguida, inventaram uma nova ordem social, instaurando simultaneamente a exogamia (ou renúncia à posse das mulheres do clã do totem) e o totemismo, baseado na proibição do assassinato do substituto do pai.⁵

⁴ FREUD, Sigmund. *O Mal-Estar na civilização*, ESB das Obras Completas, Vol. XXI, Rio de Janeiro, Imago, 1976, p. 145.

⁵ ROUDINESCO, Elisabeth, e PLON, Michel. *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro, Zahar, 1997, p.758.

Como resultado inevitável, o estado de desamparo se configura como uma situação com a qual o Eu tem que conviver desde o reconhecimento da alteridade.⁶ A restrição da satisfação seria o preço a ser pago pela própria sobrevivência. Desta forma, a necessidade de renúncia ao despotismo e da criação da lei inauguram a possibilidade de satisfação sem ameaçar a existência humana:

A vida humana em comum só se torna possível quando se reúne uma maioria mais forte do que qualquer indivíduo isolado e que permanece unida contra todos os indivíduos isolados. O poder desta comunidade é então estabelecido como 'direito', em oposição ao poder do indivíduo, condenado como 'força bruta'. A substituição do poder do indivíduo pelo poder de uma comunidade constitui o passo decisivo da civilização. Sua essência reside no fato de os membros da comunidade se restringirem em suas possibilidades de satisfação, ao passo que o indivíduo desconhece tais restrições. A primeira exigência da civilização é, portanto, a da justiça, ou seja, a garantia de que uma lei, uma vez criada, não será violada em favor de um indivíduo.⁷

Somente a força da justiça, não reconhecendo exceções, exige restrições às satisfações pulsionais de todos os indivíduos. Freud vê num movimento de revolta contra uma injustiça, a expressão máxima de um desejo de liberdade e de integração da comunidade humana no sentido do desenvolvimento da civilização⁸. Da mesma forma, a sublimação destas pulsões em atividades criativas, científicas e artísticas contribui para a mesma finalidade. A busca da paz, neste sentido, seria o constante enfrentamento desta tensão, já que sua eliminação, do ponto de vista psicanalítico, é impossível.

Além da exclusão e da inclusão

Com este percurso teórico podemos entender que, na perspectiva psicanalítica, o fenômeno da exclusão se fundamentaria em uma idéia de afastamento do diferente, no sentido da necessidade de fortalecimento de laços entre os integrantes do grupo que exclui. A psicanalista Maria Cristina Poli (2005) define os excluídos como aqueles que “fazem diferença em relação aos ideais da cultura: os desempregados, os sem-teto, os imigrantes não integrados, as crianças de rua, os adolescentes institucionalizados, etc. Isto é, todos aqueles que ficam à margem do espelho proposto pelo laço social.”⁹ Ou seja, os que estão à margem do ideal são aqueles aos quais se atribui a qualidade de “maus”. Poli ressalta que a exclusão é “um dos nomes do mal-estar contemporâneo, e,

⁶ A proibição dos desejos mais primitivos - o desejo do incesto e o desejo de matar o pai - contidos no mito, constitui a base do Complexo de Édipo e funda as sociedades humanas.

⁷ FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. ESB das Obras Completas, Vol XXI, Rio de Janeiro, Imago, 1976, p.115.

⁸ Idem, p.116.

⁹ POLI, Maria Cristina. *Clínica da exclusão: a construção do fantasma e o sujeito adolescente*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2005, p. 12.

até mesmo, o nome principal de seu sintoma,”¹⁰ reforçando a importância das intervenções da psicanálise nesta esfera.

Deslocando um pouco nossa análise do referencial psicanalítico, vemos que Zygmunt Bauman em seu livro “Modernidade e Holocausto” nos apresenta uma diferenciação entre a heterofobia, o racismo e a inimizade competitiva. Segundo ele, “a heterofobia parece ser uma manifestação concentrada de um fenômeno de ansiedade (...) despertado pela sensação de que a pessoa não tem controle da situação e assim não pode nem influenciar seu desdobramento nem prever as consequências dos próprios atos.”¹¹ Considera que na modernidade, quando se tornaram mais comuns as ocasiões de descontrole, este fenômeno se apresentou de forma mais frequente diante de um grupo humano considerado intruso.

A inimizade competitiva, segundo ele, visaria a busca de identidade e o estabelecimento de limites, ameaçados pelo forasteiro: “O elemento estranho (...) ameaça borrar a fronteira do próprio território e apagar a diferença entre o modo de vida familiar (certo) e o modo de vida estranho (errado).”¹²

O racismo, por sua vez, é caracterizado por Bauman como a impossibilidade de incorporar alguns grupos de pessoas dentro das fronteiras da ordem racional, pois devem continuar perpetuamente estranhas:

“O racismo declara certa categoria de pessoas endêmica e irremediavelmente resistente ao controle e imune a todos os esforços de melhoria. Para usar a metáfora médica, podem-se exercitar e modelar partes ‘saudáveis’ do corpo, mas não um tumor cancerígeno. Este só pode melhorar sendo ‘eliminado’.”¹³

O racismo exigiria a exterminação desta “categoria inferior”. Os excluídos, nesta perspectiva, são incuráveis. Com esta distinção, o autor chama a atenção para as raízes de genocídios como o Holocausto, pois por mais cruéis que também sejam as manifestações de heterofobia ou rivalidades na briga por fronteiras identificatórias, estas não resultam em exterminações em massa.

O que nos parece essencial em todos estes casos é o fato de que aqueles que constituem “exceção” têm a função de manter aos outros indivíduos unidos na crença de serem “a regra”, e com isto, lhes é permitido recusar as suas próprias deficiências e fragilidades e confirmar sua ilusória força e poder. Paradoxalmente, os excluídos ocupam um lugar de subestimação, como objetos a serviço do outro, e, ao mesmo tempo, de ameaça permanente.

Ricardo Timm de Souza em seu livro “Ainda além do medo: filosofia e antropologia do preconceito” analisa estas questões e vê na impossibilidade de aceitação da diferença um tipo de refúgio contra esta ameaça, uma atitude que garantiria uma ilusória proteção ao caos a que a alteridade convoca:

“Refugiam-se no sonho de um mundo *puro*, (...) onde pudessem ser medíocres em paz, sem a ameaça do diferente e as cobranças, para eles insuportáveis, da racionalidade; esconjuram a *variedade* da realidade, sua diversidade, seu insuportável ir-e-vir, os infinitos mundos

¹⁰ Idem, p.12.

¹¹ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro, Zahar, 1998, p. 86.

¹² Idem, p.87.

¹³ Idem, p.87.

humanos, os infinitos *intervalos* interpenetrantes, a alternância sempre surpreendente do dia e da noite; seus olhos não suportam contrastes fortes, pois os contrastes são geralmente fecundos, e eles escolheram previamente a infecundidade, a esterilidade de suas próprias figuras constantemente reproduzidas, o Eterno Retorno (que não é mais do que um ancestral *medo à novidade*), destilando moderação e na brutalidade desmedida da emoção pura, expressão do ‘orgulho passional dos medíocres’, onde a ponderação racional, a ‘esmagadora responsabilidade de pensar por si mesmo’, não possa ter nenhuma chance.”¹⁴

Segundo o autor, as atitudes preconceituosas traduzem a negação da abertura ao outro. Afirma que “o fenômeno do preconceito traduz, em última análise, a auto e hetero-negação do *precisamente humano* na categoria global, imprecisa e teórica de ‘humanidade’, através da negação neurótica – persistente, recorrente, dolorosamente irracional – do mundo externo e interno enquanto *oportunidade de ocorrência da novidade*.”¹⁵

A palavra “oportunidade”, ressaltada pelo autor, remete-nos a uma idéia de ocasião favorável, de chances renovadas. Ela condensa todas as alternativas possíveis para que não se perpetuem modelos de verdades tautológicas. Permite que a fluidez do tempo opere renovando e deslocando significados:

“O tempo, ‘espaço’ da alteridade, sugestão de intervalos de exposição à Alteridade, é de certa forma já uma de suas manifestações. A Alteridade não se encontra na Eternidade, na imobilização: não confia à síntese violenta, ao sincronismo absoluto, a sua essência *nova*. A Alteridade dá-se aos tempos – não aos tempos das fórmulas matemáticas, mas dos infinitos mundos humanos - ; o Novo penetra nos infinitos intervalos que se estabelecem entre os segundos que se sucedem – ali irrompe a vida.”¹⁶

A “oportunidade de ocorrência da novidade” é, portanto, intrínseca à própria humanidade, pois esta transcorre no tempo. Mas ainda assim, é uma oportunidade, pode ser aceita ou recusada. A atitude preconceituosa e violenta seria, então, um dos exemplos desta recusa.

Voltando a nossa experiência de escuta dos conflitos no âmbito da exclusão/inclusão, podemos pensar que um objetivo importante da intervenção psicanalítica naquele contexto seria poder construir com o grupo possibilidades de trabalho onde a “ocorrência da novidade” pudesse ser olhada mais como *oportunidade* e menos como ameaça.

Norteados por estas referências, seguimos os contatos com os professores, compartilhando as questões trazidas e escutando suas inquietações com as crianças. Percebemos então que havia entre eles uma preocupação ainda maior do que com a inserção das crianças ditas “especiais” nas classes regulares. O que nos era trazido dizia respeito a uma sensação de impotência que desnorteava a todos na escola, sem que se encontrasse uma forma de abordagem que resultasse satisfatória.

¹⁴ SOUZA, Ricardo Timm de. *Ainda além do medo: filosofia e antropologia do preconceito*. Porto Alegre, Dacasa, 2002, p.68.

¹⁵ Idem, p.73.

¹⁶ Ibidem, p.72.

Os professores relataram que algumas formas de organização familiar permitiam, por exemplo, que as crianças assistissem a filmes pornográficos, ou que observassem as relações sexuais dos pais, ou ainda, em casos extremos, o incesto era uma prática comum. Estas vivências não chegavam à escola através de palavras, mas sim, de atos. As crianças constrangiam aos professores, que, diante da surpresa e do impacto causado pelas cenas que presenciavam, muitas vezes se retiravam da sala de aula.

A questão que inquietava aos professores era, além da impotência diante das situações, o limite da sua intervenção no território da família. Perguntavam-se sobre a possibilidade da introdução de seus próprios valores para aqueles pais, e, se isso fosse possível, de que forma poderia ser feito, já que aqueles realmente não consideravam que suas ações poderiam causar algum prejuízo às crianças. Além disso, algumas vezes os professores eram ameaçados de agressão pelas famílias.

Em nosso grupo de trabalho, discutimos e entendemos, em primeiro lugar, que estas crianças estavam sofrendo uma forma grave de violência pela sua própria condição infantil diante das ações do adulto. Nosso posicionamento era o de que seria preciso que se apresentassem possibilidades para a interdição daqueles acontecimentos. Sabíamos que estas estimulações sexuais precoces, sendo psiquicamente excessivas e invasivas traziam conseqüências importantes para o desenvolvimento futuro daquelas crianças, além de estarem impedindo-as de dirigir e concentrar seus investimentos em suas atividades presentes. Em outras palavras, não se tratava – como receavam os professores - de impormos “nossos” valores “àquela” realidade, mas sim, de podermos abrir um espaço de reflexão que pudesse tornar possível a inserção de limites que protegessem a criança, resguardando seu próprio tempo de desenvolvimento. É claro que não deixava de nos preocupar especialmente a ocorrência de ações como o incesto, evidenciando um primitivismo instintual e um anúncio de falência nas funções que deveriam estar sustentando a civilização do século XXI.

Muito poderíamos falar sobre as causas que contribuem para o surgimento destas falhas na interdição das pulsões, entre elas, o enfraquecimento da função paterna na contemporaneidade. Ainda assim, sem desconsiderar a importância da questão, não é nosso propósito abordar este tema neste texto. Como dissemos inicialmente, a prática psicanalítica está, desde os seus inícios, implicada neste contexto, e é sua possibilidade de intervenção que queremos enfatizar.

Através das situações trazidas pelos professores, observamos que nos falavam sobre o difícil lugar de estarem frente a uma situação insólita e inquietante e não poderem permanecer indiferentes. Vivência que, aliás, também compartilhávamos, ao escutá-los. Percebemos assim que as posições de “excluídos” e “incluídos” não permite que possamos delimitar claramente seus contornos.

Apoiamo-nos então no olhar de Nietzsche, para quem as oposições como bem e mal, saúde e doença, fraco e forte, são apenas tramas de superfície, sendo a diferença entre elas apenas de grau. Pensamos que a relação exclusão/inclusão se dá de forma semelhante. As situações relatadas nos evidenciaram que estes lugares não são permanentes e assegurados como se os “excluídos”, aqueles que não correspondem ao ideal previamente determinado pela cultura e assimilado pelo grupo, precisem ser “incluídos”, abarcados neste ideal. A inclusão não é a simples inserção de um grupo de pessoas em um enquadre de bordas definidas. Todos os envolvidos têm os seus momentos de “exclusão”: as famílias, as crianças, os professores e nós. Esta subversão de valores, evidentemente, diz respeito também a nossa forma de intervenção, e para que possamos situá-la melhor, recorreremos a algumas idéias do campo da filosofia.

A diferença como garantia do encontro

O filósofo Emmanuel Levinas tem como uma de suas principais teses a crítica em relação à totalidade. Segundo ele, a história da filosofia caracterizou-se como “uma tentativa de síntese universal, uma redução de toda a experiência, de tudo aquilo que é significativo, a uma totalidade em que a consciência abrange o mundo, não deixa nada fora dela, tornando-se assim, pensamento absoluto”¹⁷

Segundo ele, a expressão por excelência da impossibilidade de redução a uma síntese é a relação entre o eu e o outro, pois esta não pode ser abarcada por nenhum pensamento. A própria palavra *entre* denuncia a existência de um espaço entre o eu e o outro que não pode ser ignorado, sob pena de já se constituir em totalização: “A verdadeira união ou a verdadeira junção não é uma junção de síntese, mas uma junção do frente a frente”.¹⁸ O eu e o Outro não se sintetizam, não se pensam conjuntamente. Diz Levinas:

“A experiência irreduzível e última da relação parece-me, de fato, estar noutra parte: não na síntese, mas no frente a frente dos humanos, na sociedade, no seu significado moral. Mas é necessário compreender que a moralidade não surge, como uma camada secundária, por cima de uma reflexão abstrata sobre a totalidade e seus perigos: a moralidade tem um alcance independente e preliminar. A filosofia primeira é uma ética.”¹⁹

No pensamento levinasiano, a racionalidade não é suficiente para justificar a ética. Inversamente, a ética é que justifica e legitima a racionalidade, sendo-lhe, por isto, anterior. A relação entre o eu e o outro, no frente a frente, é o exemplo máximo desta tese, pois o outro não é um objeto. Ele sempre escapará a qualquer tentativa de tematização. A relação humana não se produz como uma tautologia, ela convoca a sempre mais.

A novidade e a estranheza do Outro, que nunca poderá ser totalmente conhecido, convoca o Eu a responder-lhe, a acolher sua “estrangeiridade”. Como refere Levinas, não é possível ser-lhe indiferente: “Mesmo se você adotar uma atitude de indiferença, você já é obrigado a adotá-la! O Outro é algo que conta para você, você lhe responde assim como ele se dirige a você. Ele lhe concerne.”²⁰

Para Levinas, “o humano só se oferece a uma relação que não é poder.”²¹ Ou seja, o que se estabelece entre diferentes não é um confronto de poderes, mas sim, um apelo por resposta. “O Outro não se opõe a mim como outra liberdade, digamos, parecida a minha e, portanto, hostil a minha.”²² Se assim fosse, o infinito da relação seria suprimido para situar-se na esfera da Totalidade. A alteridade do Outro “se manifesta em um senhorio que não conquista, mas que ensina.”²³ Como um enigma a

¹⁷ LEVINAS, Emmanuel. *Ética e infinito*. Lisboa, edições 70, 2007, p.61.

¹⁸ Idem, p.62.

¹⁹ Idem, p.62.

²⁰ POIRIÉ, François. *Emmanuel Levinas: ensaio e entrevistas*. São Paulo, Perspectiva, 2007, p. 87.

²¹ LEVINAS, Emmanuel. *Entre nós: ensaios sobre a alteridade*. Petrópolis, Vozes, 2005, p.33.

²² Idem, p.189.

²³ Ibidem, p.189.

ser constantemente decifrado, o Outro não poderia se opor ao Eu, pois não há nenhuma lógica de correspondência. O Outro me ensina sobre a novidade que me traz.

Por isso, em oposição da Totalidade, o Infinito se revela *na* relação com o Outro, se expressa na própria condição da alteridade, como relação que extrapola a completude, permitindo, exatamente por isto, que o Eu possa desejar. Da tensão entre o eu e o Outro, do que escapa às estruturas organizadoras do Eu, é que pode surgir a eterna possibilidade de renovação e transcendência. Por isto, ainda que possa parecer paradoxal à primeira vista, a Alteridade é justamente a garantia de um encontro. Segundo o filósofo:

“O Outro, a novidade irrepresentável, inquieta por sua imprevisibilidade; perturba a tranquilidade previamente estabelecida e exige constantemente uma nova resposta, mas, ao mesmo tempo, por não ser uma projeção do Mesmo, por não haver possibilidade de completude na relação, torna o encontro sempre possível.”²⁴

A ética como filosofia primeira reflete a insuficiência da identidade, como consciência de si, para fundamentar a subjetividade. A noção de subjetividade, para Levinas, está intimamente relacionada à resposta incondicional ao Outro, ou à responsabilidade para com o Outro. Vemos assim que “Subjetividade, para Levinas, consiste na *habilidade* em responder à demanda ética exposta pela Alteridade do Outro que, traumáticamente, exige resposta do Mesmo.”²⁵

Com estas importantes referências retornamos nosso olhar para as questões que anteriormente colocamos. Se as crianças estão reproduzindo ações de preconceito e violência, estamos diante de um empobrecimento da subjetividade no qual, como psicanalistas, estamos implicados. Falamos de um empobrecimento da subjetividade para marcar que a contínua repetição dos fatos acusa a impossibilidade de agir de outra forma. A subjetividade, em contrapartida, permitiria ao sujeito sair do aprisionamento desta condição.

Pais, filhos e professores necessitam ampliar suas possibilidades de escuta do Outro, a partir de seus lugares “respondentes”. Entendemos que esta seria a função da psicanálise neste contexto. Se não podemos definir lugares de exclusão e inclusão, falamos de uma intersecção de diferentes lugares, demandas e respostas.

Com todas as reservas que precisamos nos conceder para fazer aproximações entre conceitos de autores distintos, queremos ressaltar que tanto a idéia de Infinito quanto as pulsões de vida operam no sentido da renovação e da pluralidade. Seu movimento é de transcendência e abertura, ao contrário das tendências ao fechamento e a limitação, como numa intenção incessante de retorno ao mínimo, presentes nos conceitos de pulsão de morte e de Totalidade. A negação da alteridade, como expressão da Totalidade, suporte de toda forma de violência, parece nos conduzir ao conceito de pulsão de morte. Do outro lado, a riqueza das diferenças, os espaços de criação, a tendência ao amor e à união entre as pessoas aproximam as idéias de pulsão de vida e Infinito.

Em resposta a Einstein sobre como a guerra poderia ser evitada, Freud (1932) é enfático ao expor a impossibilidade de eliminação dos impulsos agressivos do homem. Contudo, afirma que “pode-se tentar desviá-los num grau tal que não necessitem

²⁴ BRAGA, Eneida Cardoso. *Trauma, Paradoxo, Temporalidade: Freud e Levinas*. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do RS, 2007. (Dissertação de mestrado), p. 51.

²⁵ Ricardo Timm de Souza, em comunicação pessoal, 2007.

encontrar expressão na guerra.”²⁶ Para tanto, refere o amor e os sentimentos de identificação entre os homens como capazes de exercer um poder contrário á violência. Afirma que:

“Tudo o que favorece o estreitamento dos vínculos emocionais entre os homens deve atuar contra a guerra. Esses vínculos podem ser de dois tipos. Em primeiro lugar, podem ser relações semelhantes àquelas relativas a um objeto amado, embora não tenham uma finalidade sexual. (...) O segundo vínculo emocional é o que utiliza a identificação. Tudo o que leva os homens a compartilhar de interesses importantes produz essa comunhão de sentimento, essas identificações. E a estrutura da sociedade humana se baseia nelas, em grande escala.”²⁷

Se nos for concedida uma licença para, utilizando as mesmas palavras de Freud, seguir com a aproximação dos conceitos que abordamos, poderíamos dizer que “tudo o que trabalha contra a recusa da alteridade, estará trabalhando em favor da subjetividade e contra a violência”. Situamos assim o norte e o desafio de nossas intervenções psicanalíticas no âmbito social, e no caso deste trabalho especificamente, contamos com a oportunidade de semear nas novas gerações a esperança de um mundo onde a novidade do Outro possa vir a ser bem menos ameaçadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro, Zahar, 1998.

BRAGA, Eneida Cardoso. *Trauma, Paradoxo, Temporalidade: Freud e Levinas*. Porto Alegre, Pontifícia Universidade Católica do RS, 2007, (Dissertação de mestrado).

COHEN, Ruth Helena Pinto. *Entre o impossível e o necessário da educação: o que a psicanálise pode dizer sobre a etiologia do fracasso escolar*. In: Revista Online Gradiva, SPAG, Rio de Janeiro, 2005.

FREUD, Sigmund. (1921) *Psicologia de grupo e análise do ego*. ESB das Obras Completas, Vol XVIII, Rio de Janeiro, Imago, 1976.

_____, (1914) *Introdução ao narcisismo*. ESB das Obras Completas, vol. XIV. Rio de Janeiro, Imago, 1976.

_____, (1929) *O Mal-Estar na civilização*. ESB das Obras Completas, vol. XXI. Rio de Janeiro, Imago, 1976.

²⁶ FREUD, Sigmund. *Por que a guerra?* ESB das Obras Completas, vol. XXII. Rio de Janeiro, Imago, 1976, p; 255.

²⁷ Idem, p. 255.

_____, (1933) *Por que a guerra?* ESB das Obras Completas, vol. XXII. Rio de Janeiro, Imago, 1976.

_____, (1923) *O ego e o id.* ESB das Obras Completas, vol. XIX. Rio de Janeiro, Imago, 1976.

LEVINAS, Emmanuel. *Entre nós: ensaios sobre a alteridade.* Petrópolis, Vozes, 2005.

_____. *Totalidade e infinito.* Salamanca, Ediciones Sígueme, 2006.

_____. *Ética e infinito.* Lisboa, edições 70, 2007.

NIETZSCHE, Friedrich W. *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro.* São Paulo, Edipro, 2008.

POIRIÉ, François. Emmanuel Levinas: ensaio e entrevistas. São Paulo, Perspectiva, 2007.

POLI, Maria Cristina. *Clínica da Exclusão: a construção do fantasma e o sujeito adolescente,* São Paulo, Casa do psicólogo, 2005.

ROUDINESCO, Elisabeth, e PLON, Michel. *Dicionário de Psicanálise.* Rio de Janeiro, Zahar, 1997.

SOUZA, Ricardo Timm de. *Ainda além do medo: filosofia e antropologia do preconceito.* Porto Alegre, Dacasa, 2002.